

NO OLVIDAREMOS, NI PERDONAREMOS: UM DIÁLOGO ENTRE ANTÍGONA E AS MADRES DE PLAZA DE MAYO.

Doutoranda: Maria Fernanda Garbero de Aragão Ponzio (UERJ)¹

Introdução

Em momentos de crise, pares complementares se podem converter em antinomias (homem x mulher, senilidade x juventude, indivíduo x sociedade, vivos x mortos e homem x Deus ou deuses), gerando enfrentamentos nos quais não existe possibilidade alguma de negociação e, por isso, o insolúvel conflito se mostra absolutamente trágico. Cada uma dessas oposições é posta em ação por Sófocles em *Antígona* (442 a.C).

Logo, não é difícil reconhecer que, nos tempos atuais, a recorrência a temas e motivos clássicos de extração greco-latina tem sido constante e vem assumindo diversas configurações filosóficas, antropológicas, psicológicas, literárias. Daí, provêm sua riqueza significativa e a possibilidade aparentemente inesgotável de atualizá-la, de “chamar para a vida” o que Hölderlin considerava verdades ocultas, latentes, sem que para isso existam condicionamentos a tempo ou a lugar. Além disso, tem sido possível comprovar que há tempos e lugares mais propícios para o nascimento de novos descendentes dessa história.

Segundo Hölderlin, “Sófocles é um escritor de tempos de crise, de revolução e de deslocação temporal” (SZONDI, 2004, p.36). Sendo assim, em tempos de crise, como é visto o século XX (o mais clássico de todos – pela exploração intencional da estética clássica – e mais rico em cataclismos históricos), o mito de Antígona esclarece algumas das mais fundas e dolorosas questões da consciência do homem (respeito aos mortos, amor intra- e extra familiar; impasse entre justiça e direito; lei natural e direito positivo; justiça humana e direito divino; *pólis* masculina e *oikos* – lar – feminino, vida pública e ordem privada, entre outros aspectos), tornando possíveis releituras e retornos desse mito.

A peculiaridade deste estudo se centra na verificação de uma situação primeiramente mítica e, afinal, dramática, que transborda da ficção teatral para o cenário político da Argentina contemporânea. Neste artigo, pretendemos verificar que fatores levam contextos de crise e embate à solução trágico-poética; entender a inter-relação entre a personagem sofocliana Antígona e as personagens reais que compõem o quadro sociopolítico argentino, conhecidas como *Las Madres de Plaza de Mayo*². Com a análise comparativa dessas figuras, alguns conflitos surgem para ilustrar a precariedade acerca da condição humana imersa em períodos dominados pelas tiranias do silêncio e da obediência.

Ser Antígona ou sua herdeira é uma condição que não se escolhe; independe da vontade e só lhe é conferido pelo viés do trágico, implacavelmente instaurado, requisitando novas configurações para essas personagens reais e fictícias, portadoras de uma bandeira marcada pelo sangue, e cujo lema se encontra semanticamente inscrito nas perspectivas de resistência e utopia. Diante disso, estudar essas personagens é uma alternativa de possível resgate do debate acadêmico, a fim de nele inserir temas que tocam a sociedade em seus problemas. A relação de tal aspecto com as *Madres de Plaza*

¹ Universidade do Estado do Rio de Janeiro – Pós-Graduação em Letras – Doutorado em Literatura Comparada. E-mail: nandagara@yahoo.com.br

² No presente estudo, trabalharemos com as mães da “Asociación Madres de Plaza de Mayo”. Sobre este tema, é importante ressaltar que há duas linhas: uma composta pelas Madres dessa associação e outra chamada “Línea Fundadora”. Embora ambas tenham uma história de vida importante para se contar, a opção feita é motivada pela posição política de enfrentamento que elas representam.

de Mayo surge quando se aborda a questão da resistência. Com seus atos performáticos e seus relatos de experiências inseridos socialmente, estudados e, sobretudo, respeitados por seu valor histórico, são abertas possibilidades de investigação acerca de um fenômeno que questiona as estruturas de poder e, assim, se consolida.

O drama das *Madres de Plaza de Mayo* se assemelha ao de Antígona em muitos sentidos: trata-se da mesma dor por parentes que desapareceram por uma causa política; corpos aos quais se negou o direito de sepultura; desaparecimentos que provocaram uma conclamação inusitada, capaz de se sustentar, a despeito da repressão e do veto à voz reclamante. Em ambos os casos, mulheres alheias à trama política se mostram capazes de convulsionar a ordem pública, por meios e métodos totalmente femininos. Antígona, ao se retirar de cena para ser sepultada viva e ter sua voz definitivamente emudecida, sai consagrada pela admiração de todos os atenienses, justamente os que reprovaram sua rebeldia e a condenaram. Os anciãos do coro, que não sabiam com quem se encontrava a justiça – se com a irmã de um traidor do Estado, ou com o tirano que desrespeitava as leis ancestrais, – a louvam, pela pujança de seus sentimentos e pela convicção com que defendia o respeito a um cadáver. Retira-se majestosamente, não como princesa de Tebas, mas como rainha de todos os atenienses. A luta das mães que tiveram seus filhos detido-desaparecidos, juntamente ao direito de pranteá-los numa sepultura, se ressemantiza em aspectos que requisitam direitos inalienáveis à respeitabilidade de todos os homens.

Numa mirada comparativista, o grito de Antígona continua a ecoar todas as semanas na praça portenha, na *Plaza de Mayo*. A necessidade do corpo (vivo, insepulto ou desaparecido) em luta para que a história permaneça viva e mostre o quão fraco e débil pode ser um sistema baseado na tirania e na razão cega, em nome da dominação e do poder, continua a existir. A língua dessas mulheres é a mesma, pois não importa a diferença lexical ou, até mesmo, idiomática. A voz que ecoa é a do amor e da busca por um direito que lhes foi negado.

I. Da mítica origem ao árduo legado

Nascida de um matrimônio condenado pelo incesto, Antígona é filha e irmã de Édipo. Irmã de Ismene (a mulher que, na tragédia, encarna o papel subalterno legado à figura feminina), assim como de Polínice e Etéocles (os irmãos mortos em uma luta fratricida), ao saber que Creonte proíbe os rituais fúnebres destinados a Polínice devido à sua oposição ao governo do tio e à luta com o irmão que representava os ideais propostos pela figura do poder, decide enterrá-lo, ciente de suas futuras punições, ações que decorrerão na morte e no fim dos Labdácidas, um *génos* ao revés.

Mulher, jovem e fruto de uma sociedade predominantemente masculina, Antígona se apresenta com sua “piedosa vilania” e se entrega à morte. Sepultar o corpo, além de um direito divino, ilustra a impossibilidade de negociação entre os termos que instauram o conflito no universo sofocliano. O destino se mostra inexoravelmente duro e inviável, dando passagem ao trágico caminho das personagens dessa história. Não há como se salvar.

No decorrer dos cinco episódios que compõem a peça, a figura dessa jovem vai adquirindo proporções que a equiparam à tirania de Creonte, embora suas leis e sua língua sejam ditadas pelo amor ao corpo do irmão, que precisa voltar a terra e ser abrigado na sepultura.

Ao se pensar na divisão estrutural de *Antígona* e nas relações discursivas que se estabelecem, o embate surge já no prólogo, quando Antígona convoca a irmã Ismene para, juntas, cumprirem os rituais fúnebres a Polínice. Ambas se mostram conscientes

de suas devidas punições, porém Ismene se nega, por medo e obediência, ao ato de amor suicida que lhe propõe a irmã. Numa lúcida loucura, Antígona abala a tirania sozinha e morre, dignificando a todos os que, atemporalmente, atacam a injustiça.

Atacar a injustiça e mostrar as fissuras de um poder que se firma sob a pena do silêncio e da anulação de direitos são pontos que permitem e requisitam o paralelo em relação a vários conflitos presentes na sociedade atual. Luta por terras, reconhecimento de etnias consideradas subalternas e crise de soberania podem ser vistos nessa perspectiva dialógica aqui proposta, como uma reconfiguração do tema da liberdade, seja esta de expressão, de direitos e deveres, ou simplesmente de amar.

Antígona é humana, não é enviada dos deuses, o que favorece ainda mais a aproximação à capacidade de enfrentamento e afrontamento que se espera da esfera feminina. Entretanto, como todo herói trágico, ela pulsa entre a carência e o excesso. Ao enterrar Polinice, ela, em sua uniteralidade, desconhece a Eros ao venerar a Tanatos. Assim sendo, o amor, que por toda peça é o leitmotiv de combate, faz a jovem tebana caminhar em direção à escolha simbólica por seu auto-sepultamento. Seu amor é semeado exclusivamente entre os mortos, daí sua *hamartía*³.

Para falar de culpa, a sua não é uma questão subjetiva. O que se lhe apresenta é uma escolha única: é preciso enterrar o irmão. Diante do inexorável, ela assume as consequências e responsabilidades de sua vontade. Desde sua aspiração à conclusão do ato que põe fim a própria vida, Antígona passa por todas as fases que desencadeiam a catástrofe final. Sua deliberação e sua decisão se mesclam num processo entre intelecto e debate emocional interno. Vemos, então, que o que prevalece é a decisão estratégica de desmoralizar o édito de Creonte com a sua morte; mostrando o quanto são escandalosas as leis do Estado, e disso ela tem noção desde o princípio, desde a manifestação de sua vontade inicial.

Dessa maneira, a idéia de vencer o poder opressor através de uma ação pública capaz de minar o poder creontizado (ensandecido em sua arrogância) se torna a expressão de uma simbologia que serve às realidades latino-americanas.

A (re)leitura de Antígona e sua possível relação com o movimento argentino das *Madres de Plaza de Mayo* remete às figuras propostas por Hegel: “Amo-Escravo” e “Homem-Mulher”. É importante ressaltar que, em relação à primeira, o servo, ao enfrentar o senhor, põe em marcha seu projeto de conscientização, o que promove uma inversão dos papéis. Na segunda, ao se colocarem em conflito homem e mulher, tem-se o que se pode entender como a verdadeira eticidade, ou seja, o caráter, a individualidade, o reconhecimento da própria alteridade.

“Amo-Escravo” e “Homem-Mulher” se resignificam e abrem para os questionamentos de embate e resistência frente a um regime opressor e segregacionista. Combater Creonte e morrer decretando a falência do poder masculino representado por este homem fazem com que Antígona atinja o ponto que permite novas discussões sobre o papel feminino diante da crise do sistema logo-cêntrico. Ela, ao se conscientizar de seus direitos e apontar os abusos do tirano, se torna senhora de sua própria vida e também da morte, que lutam num conflito sem saída. Antígona morre e, junto com seu fim, há a total aniquilação do poder de Creonte.

Num salto espaço-temporal permitido pelo diálogo entre as duas realidades presentes nesse estudo, falar do papel desempenhado pelas *Madres* argentinas é um caminho viável para se pensar a dicotomia outrora mencionada entre amor e lei, visto que essas mulheres podem ser consideradas como as “Antígonas ibero-americanas”.

³ Termo grego usado para designar o erro que independe da capacidade intelectual, originado por algo externo diretamente ligado à função física do olho, errar o alvo.

“*Les folles de la Place de Mai*”, como são chamadas na França, não pejorativamente, mas pelo papel que desempenharam frente a um regime repressivo, essas mulheres, que tiveram seus entes desaparecidos durante a última ditadura militar argentina, saíram da esfera privada e foram para a praça construir um discurso na contramão do poder. Na repersonificação da personagem grega, surgem as *Madres* que saem à luta para abrir as feridas deixadas pelo medo e pela opressão.

Analisar o discurso do corpo (como resistência) e atentar para o testemunho (como um processo de reconstituição no qual a escrita permite o resgate da alteridade e a preservação da memória) são caminhos que nos possibilitam pensar na existência de uma voz que não se constrói no chamado “centro”. Entretanto, essa voz coletiva consegue alcançá-lo numa perspectiva desestabilizadora do sistema hegemônico, que visa a apagar diferenças, ao propor rearticulações dialógicas.

Ao se ter como base a presença das “*Madres de Plaza de Mayo*” na Argentina, buscar-se-á, neste momento, analisar a importância da permanência dessas mulheres para o contexto sociopolítico-cultural, bem como os discursos que elas produzem. Herdeiras do árduo legado de Antígona, elas resgatam a vida e reinventam a utopia.

II.A voz dos lenços brancos

Seguir lutando e tentando reconstituir a memória – tudo sempre no gerúndio, já que indica um processo no qual a luta é um longo caminho a ser percorrido – permite que pensemos no relato dessas figuras como uma alternativa utópica que enxerga na resistência a única via de sua existência. Nesta perspectiva, surge a idéia dos intelectuais ocidentais – em destaque, os latino-americanistas – que vivem a crise dos paradigmas decorrente do período que se instaurou após o término da Guerra Fria: ter que viver num mundo globalizado, no qual as diferenças precisariam ser apagadas para que se desse início a um sinistro projeto de igualdade e “anulação” de problemas.

Diante disto, o gênero do testemunho emerge como uma possível saída de diálogo, em que o relato da experiência ganha um lugar privilegiado nos estudos da academia. Tal renovação temática e metodológica nos remete a Richard Hoggart, em *The uses of Literacy*, 1957, livro pioneiro acerca das questões cotidianas de sujeitos comuns, esboçando “um programa de pesquisas futuras que dizem respeito não só aos estudos culturais, como também às reconstituições do passado” (SARLO, 2007, p.17). Sobre o autor, ainda nos é válido mencionar que, ao trabalhar com suas lembranças e experiências de infância e adolescência, sem uma abordagem fundamentada teoricamente, Hoggart teve sua obra advertida a respeito de sua legitimidade, uma vez que a experiência autobiográfica não constituía, por si só, um protocolo de observação metódica naquele momento, como escreveu Jean Claude Passeron no prólogo.⁴

Tendo como ponto de partida o contexto ao qual se referem os teóricos latino-americanistas, uma outra importante representação surge: a metáfora de Scherazade é resgatada para que apareça uma voz que requisita ser ouvida e, desta forma, haja uma memória preservada. Segundo o escritor argentino Ricardo Piglia, é preciso resistir “aos ditames do rei” (PIGLIA, 1994, p.63), neste caso um rei portador de imagens presentes nas políticas que privilegiam o ideal de homogeneização.

Por isso, valorizar a escrita testemunhal das *Madres de Plaza de Mayo* é inserir no debate acadêmico figuras que, ao alcançarem o papel social de Madres, desafiaram os ditames do rei, escrevendo suas memórias e as deixando como legado a sociedades que

⁴ Apresentação de Jean-Claude Passeron para *La culture du pauvre*, de Richard Hoggart, Paris, Minuit, col. Le Sens Commun, 1970, coleção dirigida por Pierre Bourdieu. In: SARLO, 2007, p.121

encontram fendas e remendos em sua história. Neste momento, trabalharemos com o texto seminal dos princípios que fundamentam o movimento. Escrito por elas, nele podemos encontrar os parâmetros éticos e as buscas que escrevem trinta anos de vida combatendo a injustiça e reiterando a mítica presença de Antígona: é preciso dignificar os que não tem voz.

Ainda que o estatuto da literatura de testemunho seja uma questão altamente discutida, é imprescindível pensar nesse caráter literário como uma “presença continua e irredutível no texto testemunhal” (MOREIRAS, 2000, p.252), no qual se pode ler e perceber a importância da experiência como uma alternativa que resgata a identidade e, ao mesmo tempo, requisita de seu leitor – que não é o sujeito testemunhal – um pacto de solidariedade, em que ambos se encontrem – ele e a testemunha – como agentes de um processo supressor de alteridades e que, agora, reivindica novas articulações viáveis à discussão ética e restitutiva. Então, o leitor se torna cúmplice (co-autor) do texto testemunhal.

Em relação à poética, esta se revela como mediadora no momento extraliterário, no qual toda simbolização se suspende para que exista uma biografia que expresse o relato de vozes encontradas numa condição de subalternidade. Mulheres, latino-americanas e chamadas de “loucas”, as *Madres de Plaza de Mayo* constroem em seus textos linhas questionadoras da narrativa que é dada ao povo como a sua história oficial.

As *Madres* ainda podem ser vistas como o “intelectual orgânico” (GRAMSCI, 1978), pois, através de uma analogia com o conceito do pensador italiano, essas personagens se tornaram lideranças urbanas de seus grupos sociais. Aparecidas inicialmente como mães em busca de alento e notícias sobre seus filhos, com o decorrer do tempo e do terror, elas passaram a contestar os poderes que se estabeleciam. Através do desempenho cotidiano atualizado e verbalizado, as *Madres de Plaza de Mayo* se inseriram organicamente na esfera da luta e da contestação.

Com base no artigo de Beatriz Sarlo intitulado “Política, ideología y figuración literaria”, presente no livro *Ficción y política. La narrativa Argentina durante el proceso militar*, podemos traçar uma analogia em relação ao discurso que será produzido pelas *Madres*. Acerca da produção discursiva como alternativa crítica, a autora afirma o seguinte:

“(…)en un período donde se había suprimido “la heterogeneidad en nombre de la identidad”, la literatura parecía en condiciones de proponer una “restauración de la diferencia y de la no identidad”. En esta colocación, sin duda difícil en los tiempos sombríos de la dictadura, la literatura puede leerse como discurso crítico aunque se adopte (o precisamente porque adopta) la forma de la elipsis, la alusión y la figuración como estrategias para el ejercicio de una perspectiva sobre la diferencia.” (SARLO, 1987, p.33).⁵

Em um período no qual o projeto de construção de identidade nacional se firmava no apagamento das diferenças, seriam estas quais fossem e a custa de o que fosse necessário para tal empreendimento, vê-se surgir, através do viés performático das *Madres*, uma saída, ou ao menos uma opção discursiva, na qual a heterogeneidade

⁵ Tradução: “(...) num período onde se havia suprimido “a heterogeneidade em nome da identidade”, a literatura parecia em condições de propor uma “restauração da diferença e da não-identidade”. Nesta colocação, sem dúvida difícil nos tempos sombrios da ditadura, a literatura pode ler-se como discurso crítico ainda que se adote (ou precisamente porque adota) a forma da elipse, da alusão da figuração como estratégias para o exercício de uma perspectiva sobre a diferença”.

colaborará para que a história de um povo não se perca e, com isso, seja pensado um aspecto identitário que vise à preservação da memória. O testemunho, assim como a utopia, marca o não-lugar que lhes era legado, contudo é através da palavra que aparece a esperança de poder tocar um horizonte distante, no qual seus lenços brancos lutam e parem sonhos. Seus escritos e seus princípios definem os parâmetros éticos que escrevem os sonhos de uma nova história latino-americana.

Aparentemente simples, o texto seminal já mencionado é um folheto de pouco mais de duas páginas que traz em sua capa uma foto com as mães carregando uma bandeira escrita “*Nuestras Consignas*”⁶ e representa a primeira informação a que se tem acesso quando se entra na casa das *Madres*. Como uma senha, um código, um sinal, onde não aparece escrito, pode-se ler: assim somos; assim nos apresentamos; assim é preciso nos entender. Estabelece-se, então, um silencioso pacto entre essas mulheres e quem quer conhecê-las. Composto por onze “princípios” bem definidos, a palavra utopia que não aparece escrita – assim como o pacto silencioso, testemunhal – se inscreve na planta baixa que serve de base para a existência/criação do folheto impresso pelas *Madres*. Para que possamos entendê-los, esses princípios estão transcritos integralmente abaixo:

“Nossos Princípios – Associação *Madres de Plaza de Mayo*”

“Reivindicamos a luta revolucionária de nossos filhos

Nós, *Madres de Plaza de Mayo*, reivindicamos nossos 30.000 filhos desaparecidos sem fazer distinções. Nós, *Madres de Plaza de Mayo*, reivindicamos o compromisso revolucionário de nossos filhos e levantamos essas mesmas bandeiras de luta. Acreditamos que somente a revolução trará uma verdadeira democracia com justiça social e dignidade para nossos povos.

Nossos filhos vivem

Nós, *Madres de Plaza de Mayo*, sabemos que nossos filhos não estão mortos; eles vivem na luta, nos sonhos e no compromisso revolucionários de outros jovens. Nós, *Madres de Plaza de Mayo*, encontramos nossos filhos em cada homem ou mulher que se levanta para liberar seu povo. Os 30.000 desaparecidos vivem em cada um que entrega sua vida para que outros vivam.

Cadeia aos genocidas

O povo tem o direito de se rebelar contra toda injustiça. Não pode existir democracia e liberdade sem justiça. Nós, *Madres de Plaza de Mayo*, lutamos contra a impunidade e exigimos “Cadeia aos genocidas”. Sabemos que estes juízes corruptos que temos jamais farão justiça. Mas nós, *Madres*, acreditamos que alguma vez o povo condenará os assassinos.

Rejeitamos as exumações

Nós, *Madres de Plaza de Mayo*, rejeitamos as exumações porque nossos filhos não são cadáveres. Nossos filhos estão fisicamente desaparecidos, mas vivem na luta, nos ideais no compromisso de todos os que lutam pela justiça e pela liberdade de seu povo. Os restos de nossos filhos devem ficar aí, onde caíram. Não há tumba que encerre um revolucionário. Um punhado de ossos não os identifica, porque eles são sonhos, esperanças e um exemplo para as gerações que virão.

Não aceitamos que se ponha preço à vida

Nossos filhos nos ensinaram o valor que tem a vida. Eles a colocaram a serviço de todos os oprimidos, dos que sofrem injustiças. Nós, *Madres de Plaza de Mayo*, rejeitamos a reparação

⁶ “Nossos princípios”. Em decorrência das diferenças sintáticas entre as línguas espanhola e portuguesa, algumas expressões tiveram que ser adaptadas. Mesmo com essas modificações, tivemos um grande cuidado para que, em hipótese alguma, se modificasse o conteúdo dos textos.

econômica e dizemos que a vida só vale vida. Que a vida só vale algo quando a colocamos a serviço do outro. A vida de um ser humano não pode valer dinheiro, e muito menos a vida de um revolucionário. O que há que reparar com justiça não se pode reparar com dinheiro. Os radicais e menemistas⁷ que perdoaram os assassinos, agora querem tapar seus crimes com dinheiro. Ninguém vai por preço à vida de nossos filhos. Nós, Madres de Plaza de Mayo, seguiremos afirmando que os que cobram as reparações econômicas se prostituem.

Rejeitamos as homenagens póstumas

Rejeitamos as placas e os monumentos porque isso significa enterrar os mortos. A única homenagem possível é levantar suas bandeiras de luta e continuar seu caminho. As homenagens póstumas só servem para que os que garantiram a impunidade hoje lavem suas culpas. O único monumento que podemos levantar é um inquebrantável compromisso com seus ideais.

A falta de trabalho é um crime

A falta de trabalho é um crime. São criminais os empresários que deixam sem trabalho milhões de homens e mulheres. O terrorismo sempre está organizado pelos grupos econômicos. Eles querem nos converter em escravos. Nós, *Madres de Plaza de Mayo*, acreditamos que os desocupados são os novos desaparecidos do sistema. O trabalho digno é um direito que ninguém nos pode quitar e por isso é que devemos lutar sempre.

Nós, Madres de Plaza de Mayo, não aceitamos candidaturas

Nós, *Madres de Plaza de Mayo*, sentimos que vivemos outros tempos. Há um novo cenário na América Latina e sentimos o dever de acompanhar essa mudança em nossa pátria. Porque se nós pobres não votamos, a oligarquia corrupta cresce da mão de Menem, Macri e López Murphy.⁸ Nós Madres convocamos o povo para que cada um eleja seu candidato, analise suas propostas e exija que se cumpram os compromissos eleitorais. Nós, *Madres de Plaza de Mayo*, não aceitamos cargos políticos porque a nossa melhor candidatura nos deixaram nossos filhos: ser Mães de Revolucionários.

A luta dos povos do mundo é nossa própria luta

Nós, *Madres de Plaza de Mayo*, nos fizemos internacionalistas e apoiamos a luta revolucionária de todos os povos que buscam a libertação. Sabemos que estamos no caminho correto e que, ainda que nenhuma de nós chegue a ver o resultado, estamos semeando ideais para que outros colham sonhos e esperanças em um mundo mais justo e solidário.

Lutamos pela unidade latino-americana e contra o imperialismo

Nós, *Madres de Plaza de Mayo*, acreditamos na necessidade da unidade latino-americana. Sabemos que a unidade fraternal e combativa dos povos da América Latina é a única ferramenta para enfrentar o imperialismo norte-americano. Nestes dois últimos séculos, a tragédia genocida que o capitalismo descarregou sobre nossos povos tem um nome: o imperialismo norte-americano, regime terrorista que tenta nos submeter a uma escravidão perpétua.

Acreditamos e lutamos pelo socialismo

Nós, *Madres de Plaza de Mayo*, sentimos que a única solução para os povos do terceiro mundo e, particularmente para nossa América Latina, é o socialismo.

A revolução socialista é a única vereda de construção de um mundo mais justo e solidário. A luta contra o capitalismo é a tarefa obrigatória de todos os que sonham com uma humanidade que não se sustente sobre a exploração, a escravidão e a miséria de outros seres humanos.”

⁷ Referência ao Partido Radical com a representação de Raúl Alfonsín, presidente durante o período pós-ditatorial e à figura de Carlos Saúl Menem e seus aliados, respectivamente.

⁸ Políticos que representam os ideais contrários às idéias defendidas pelas Madres.

Com o uso do verbo “acreditar” em sua forma plural “acreditamos” escrita num presente atemporal, as frases que compõem o texto do folheto denotam o caráter de crença investidos nesses ideais e na criação de uma comunidade que partilha desses princípios. Através dos objetivos que preconizam a revolução como caminho para uma democracia com justiça social e dignidade para os sujeitos às margens do sistema dominante, acredita-se num povo que poderá condenar os assassinos, logo, acredita-se na justiça. Afirmar que indenizações são maneiras de prostituição; rejeitar os monumentos e propor um “inquebrantável compromisso” com os ideais de seus filhos; reconhecer que o desemprego reforça a exclusão social e que o trabalho digno é um direito inalienável pelo qual sempre haverá que lutar; semear ideais para que outros colham sonhos e esperanças num contexto mais igualitário; acreditar na premência de uma unidade latino-americana e, com isso, retomar que a revolução socialista é a única carta de alforria para esse povo que se encontra num lugar de tensões constituem aspectos que presentificam a ausência de uma sociedade mais justa, outrora criada na realidade da ilha imaginária de Thomas Morus, e resgatam a necessidade da utopia.

É nesse não-lugar que um lugar de fronteira se encontra com sujeitos que clamam, aos gritos e em silêncio, por sua liberdade. Mais de cinco séculos desenharam em nosso continente insatisfações em relação às políticas socioeconômicas desastrosas escritas na história de um povo que tem na resistência e no relato as únicas maneiras de recuperar o que um dia lhe foi brutalmente amputado, como sua memória: censurada, rasurada, excluída.

Sobre essa insatisfação, reportemo-nos à argumentação do filósofo francês Paul Ricoeur, ao apontar dois motivos por que o homem moderno se encontra insatisfeito. Segundo o autor, primeiramente é definida uma sociedade marcada pela disputa e pela competição, na qual a maioria das pessoas não tem acesso ao fruto da riqueza produzida pelo trabalho, com isso promovendo o confronto, independentemente do Estado, entre os grupos e os estratos sociais. Como segundo caminho para o tema da insatisfação, ele aborda a falta de sentido na vida das pessoas em relação à luta contra o que se lhes apresenta como uma separação derivada dessa sociedade fortemente marcada pela apologia do cálculo eficaz. Então, surgiria um inevitável questionamento acerca do trabalho organizado metodicamente como educador da racionalidade humana (RICOEUR, 1991).

Dessa maneira, a insatisfação do homem moderno representa um paradoxo nas sociedades avançadas: sobrevivência e tecnologia, visto que a competição tecnológica ao mesmo tempo em que aparece como uma necessidade para que as sociedades possam competir economicamente, também promove a dissolução do núcleo ético-político dessas mesmas sociedades, o que levaria a um confronto entre a lógica da industrialização e a racionalidade que revela a experiência política dos povos, entre o econômico e o político. Para sobreviver, o homem inserido nessa sociedade procura privatizar a felicidade, a fim diminuir as contradições geradas pelo paradoxo em sua vida particular.

Como uma possível saída para a recuperação do sentido da vida do homem moderno, o filósofo propõe uma separação entre o econômico e o político, uma vez que o político passa a ter um sentido de ação racional razoável a partir de uma perspectiva ética. Ao mostrar que há angústias que somente podem ser “curadas” pelo papel central do Estado, definido por Ricoeur como a organização das comunidades históricas capazes de tomar decisões, o autor argumenta que a ordem econômica somente satisfaz às exigências racionais e não ao homem, que procura o razoável no universal concreto. Então, estas comunidades históricas apresentam um sentido além do formal, pois ela

possibilitaria a preservação de uma identidade narrativa e simbólica de uma comunidade quando há a aceitação do conteúdo dos costumes e dos símbolos como normas.

Há, nessa perspectiva, uma existência de política racional e um Estado com uma estrutura universal, inspirada em Hegel, cujo significado em Ricoeur adquire outra conotação. O autor defende um Estado democrático que garanta espaços para a liberdade, igualdade e não-violência, no qual os conflitos possam ser expressos e negociados, e a educação através da discussão se torna o viés para que os cidadãos tenham os seus direitos assegurados.

Entretanto, ao pensarmos nos quadros que compõem nosso sentido de realidade latino-americana, o que vemos é um conjunto de Estados que não garantem aos seus cidadãos os elementos básicos que lhes permitam acreditar em sua condição de cidadania. “*Orilla del mundo*”, “pátio traseiro”, ou ainda o passado conceito de “terceiro mundismo”, são expressões que por muitos anos marcaram e ainda seguem escrevendo a história/destino dos que nascem deste lado de cá, num lugar ideologicamente denominado América Latina e semanticamente difuso.

Essa difusão se deriva de distintas etnografias, encontradas num lugar onde matizes de diferentes colorações e composições desenham paisagens cujas pluralidades de costumes e sotaques são submetidas ao apagamento. Como legado, permanece uma única cor que nos une: o vermelho, do sangue (e da memória) dos que aqui um dia se acreditaram livres.

Saqueados, anulados e submetidos, resta um fio que nos volta a unir além do sangue derramado; a resistência surge como um caminho possível na reconstituição de algo que talvez por muito nos falte. Possivelmente, nossa forma traduzida do que poderia ser compreendido como a utopia de um lugar livre, aqui nunca existiu, sempre tendo a tradução viva do “não-lugar”. Para encontrá-lo, mesmo cientes de sua não existência, restar-nos-ia resistir, narrar e combater reiteradamente o esquecimento. Assim, a utopia retorna personificada em lenços brancos, vestindo corpos que se colocam em marchas contra a opressão há mais de 30 anos.

Uma luz no “ponto cego” (WELSCH, 1995, p.18) deste terreno surge todas as quintas-feiras, às 15:30, numa paisagem que, imbuída das mais diferentes formas de estetização, preserva em sua agenda um encontro com algo que lhe possa devolver um caráter genuíno, esse espaço se chama *Plaza de Mayo*, ou *La Plaza de Las Madres*.

Aí, situam-se os poderes político e econômico da capital argentina, sendo uma imagem reproduzida fotograficamente em diversas partes do mundo. Estrategicamente localizada, essa praça, que já foi protagonista de muitos momentos cruciais para a história latino-americana, abriga a paisagem da sacada presidencial, ecoa discursos que mudam o rumo de nosso continente desde 1810, e requisita de seus interlocutores uma conjugação plural. Extremamente estetizado pela indústria do turismo e pela mídia, durante não mais que quarenta minutos semanais, uma nova configuração redesenha esse espaço e nos permite encontrar, entre *flashes* e línguas longínquas, uma saída que nos leve ao reencontro de nossos mais prementes anseios: em bandeiras azuis que desfilam nas tardes de quinta-feira, a frase “*Ni un paso atrás*”⁹ marca a nossa posição de enfrentamento e a possível emersão de um “exílio forçado”, situado em termos que ratificam a necessidade de que essas bandeiras balancem vivas e irreconciliáveis.

Nesse encontro semanal, a praça funciona como uma heterotopia, uma vez que serve de paisagem para que, naquele determinado tempo – heterocronia –, a utopia efetivamente se realize. Ao transformar esse *locus* com a intervenção performática de seus corpos e discursos, as *Madres* reconfiguram o espaço público e promovem “uma

⁹ “*Nem um passo atrás*” é uma frase escrita nas bandeiras da Associação *Madres de Plaza de Mayo*.

espécie de contestação simultaneamente mítica e real do espaço em que vivemos” (FOUCAULT, 1984, p.416). Reiteradamente, a marca da contestação se inscreve na posição de enfrentamento dessas mulheres: elas reclamam, discutem e não retrocedem um passo rumo à justiça. “Antígonas Ibero-americanas”, “Loucas da *Plaza de Mayo*”, elas entoam seu *pathos* social num espaço-tempo que ultrapassa os limites da praça e de nossa época. Num presente atemporal, essas vozes nos direcionam ao encontro direto com um passado que não pode voltar no futuro, tampouco permanecer no presente. É preciso combater a injustiça e dignificar os que caíram, incansavelmente, como Antígona ao pagar com sua vida a memória do irmão.

Conclusão

O que poderia ser apenas mais um agrupamento de mães num cenário público em busca de filhos desaparecidos, em 30 de abril de 1977, tornou-se marcha, palavra que traz em si um sentido político de luta e enfrentamento, contrário à noção de ronda, ou seja, dar voltas ao mesmo lugar. As *Madres* da Associação marcham, protestam e acreditam que, somente através de uma conscientização política, poderemos viver numa sociedade mais livre, uma vez que este termo também ganhou outras acepções num contexto fortemente marcado pelo consumo e, dessa maneira, requisita configurações que retomem seu sentido de liberdade.

Em trinta anos do movimento, a perda dos filhos se direcionou na busca dos ideais daqueles que um dia desapareceram por pedir o que no século XVI fez com que Thomas Morus fosse decapitado. Hoje, em seus “princípios”, as *Madres* põem em prática, através de seus corpos, projetos que possam dar espaço às figuras que sempre foram excluídas cenas da história oficial. A criação de uma sede onde elas possam se encontrar para planejar o que estão buscando; a fundação de uma universidade popular que abriga estudantes com poucos recursos financeiros, prometendo dar-lhes uma formação e com isso o sonho da inserção social; uma rádio que traz em sua publicidade “a primeira da esquerda”; uma revista mensal para a divulgação de seus textos; a construção de uma creche comunitária numa favela de Buenos Aires, bem como a construção de moradias, restaurantes populares e novos postos de trabalho para estes sujeitos, são ações responsáveis por uma nova comunidade que partilha de seus ideais e se encontra numa situação de liberdade e possível resgate de sua alteridade.

Diante da presença dessas mães, podemos pensar que um conceito – a utopia – que se remetia à intangibilidade, logo a inexistência, foi o mote que lhes permitiu reconfigurar o quadro sociopolítico argentino. Com seus corpos, a paisagem que se desenha na praça das quintas-feiras reabre uma ferida que remete a um período que não pode voltar e, ao mesmo tempo, a problemas que ainda estão presentes e requisitam urgência.

Seus lenços brancos, assim como a toga virginal de Antígona, além de ser a memória, acenam para um contexto que busca a paz, embora seja justamente a presença deles que nos alerta à ausência de um lugar possível para se viver pacificamente. A isso, as *Madres* reagem com suas mais de 1.580 marchas das quintas-feiras. A República de Platão e a Ilha de Morus, através delas, se situam numa esquina entre a luta e a resistência.

Referências Bibliográficas:

Livros e folhetos

- FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. 8a ed. Trad. Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Loyola, 2002.
- GORINI, Ulises. *La rebelión de las Madres. Historia de las Madres de Plaza de Mayo*. Tomo I (1976-1983). Buenos Aires: Grupo Editorial Norma, 2006.
- GRAMSCI, Antonio. *Quaderni di Cárcere*. Roma: Instituto Gramsci, 1978.
- MADRES DE PLAZA DE MAYO. *Cantos de vida, amor y libertad*. Buenos Aires: Rafael Cedeño, 1985.
- . *Historia de las Madres de Plaza de Mayo*. Buenos Aires: Asociación Madres de Plaza de Mayo, 1996.
- . *El corazón en la escritura*. Buenos Aires: Asociación Madres de Plaza de Mayo, 1997.
- . *Luchar siempre*. Buenos Aires: Asociación Madres de Plaza de Mayo, 2002.
- . *Imágenes de la vida: 30 años de lucha por la vida venciendo a la muerte*. Buenos Aires: Asociación Madres de Plaza de Mayo, 2006.
- . *Nuestras Consignas*. Buenos Aires: Asociación Madres de Plaza de Mayo, 2007.
- MOREIRAS, Alberto. *A exaustão da diferença*. Belo Horizonte: UFMG, 2000.
- MORUS, Thomas. *A Utopia*. São Paulo: L&PM, 1997.
- PIGLIA, Ricardo. *Crítica y ficción*. Buenos Aires: Seix Barral, 2000.
- . *O laboratório do escritor*. Trad. Sérgio Molina. São Paulo: Iluminuras, 1994.
- RICOUER, Paul. *Ideologia e utopia*. Lisboa: Edições 70, 1991.
- SARLO, Beatriz. *Cenas da vida pós-moderna*. Trad. Sérgio Alcides. Rio de Janeiro: UFRJ, 2001.
- . *Tiempo Presente. Notas sobre el cambio de una cultura*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores Argentina S.A., 2001.
- . *Tempo Passado. Cultura da memória e guinada subjetiva*. Trad. Rosa Freire d'Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: UFMG, 2007.
- SÓFOCLES. *Antígona*. Tradução de Donaldo Schüller. Porto Alegre: L&PM, 1999.

Capítulos de livro:

- ACHUGAR, Hugo. Repensando la heterogeneidad latinoamericana (a propósito de lugares, paisajes y territorios). In: *Revista Iberoamericana*, Vol. LXII, 1996.
- SARLO, Beatriz. Política, ideología y figuración literaria. In: BALDERSTON, Daniel et alii. *Ficción y política: la narrativa argentina durante el proceso militar*. Buenos Aires: Alianza Estudio, 1987.

Congressos, Conferências, Encontros e outros eventos:

- SARLO, Beatriz. Memoria Cultural, Memoria Política: la imaginación del futuro. In: CONGRESSO ABRALIC, 2º Belo Horizonte, 1990. Anais, Vol. 1. Belo Horizonte: UFMG, 1991.
- . Argentina: nada será como antes. Trad. Sebastião Nascimento. In: *Novos Estudos CEBRAP*, nº 61, nov. 2001.
- WELSCH, Wolfgang. Estetização e estetização profunda ou A respeito da atualidade do estético. In: *Porto Arte*: Porto Alegre, v.6, n.9, p7-22, maio de 1995.
- SZONDI, Peter. *Ensaio sobre o Trágico*. Tradução de Pedro Sússekind. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.
- VERNANT, Jean-Pierre e VIDAL-NAQUET, Pierre. *Mito e tragédia na Grécia antiga*. São Paulo: Duas Cidades, 1977.